



Conselho Municipal de Meio Ambiente
São José dos Campos - SP

Ata da Reunião Ordinária

Data: 09/06/2021

Horário de Início: 14 horas

Local: Auditório do 7ª andar do Paço Municipal

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, o Presidente Manara cumprimenta a todos e faz a abertura da plenária do Conselho Municipal de Meio Ambiente as 14hs08min, agradece a presença de todos os presentes na plenária com a devida distância e cautelas e os que estão participando via remota. Temos a justificativa da ausência de dois conselheiros, Renato Veneziani que está hoje exercendo a sua presidência do Comitê de Bacia Hidrográfica, em uma reunião que coincidiu o horário e o vice-presidente do Comam, Jeferson Rocha que sofreu um pequeno acidente e está se recuperando. Confirmada as duas ausências e justificadas. Lembra a todos que tem vagas em aberto, uma vaga para as instituições em pesquisa e ensino, uma para entidades de classe e uma vaga também para sindicatos dos trabalhadores. Pergunta à plenária se todos receberam a Ata de onze de março de dois mil e vinte e um e se tem alguma consideração, correção, sugestão ou crítica à minuta da ata apresentada, Nenhuma manifestação? Ata aprovada por unanimidade. Seguindo com a pauta teremos a apresentação do diretor Juarez que fará um relato da Semana de Meio Ambiente, que começou no dia trinta e um de junho e ainda se estenderá até o dia vinte e quatro. Juarez cumprimenta a todos e inicia sua informação com relação à Semana do Meio Ambiente e destaca que todas as ações são importantes, um evento

que ocorreu no dia sete de junho que foi conhecendo os primatas da região e a importância estratégica da conservação, um evento de maior importância, representado por pessoas importantes como Doutora Karen, presidente internacional da Sociedade de Primatologia e o Professor Leandro da ICMBio, e Fabiano Melo da Universidade Federal de Viçosa, além de outras autoridades que participaram desse evento importante. Devido à pandemia algumas ações não ocorreram o ano passado, mas iniciaremos agora, respeitada todas essas questões de saúde e exigências legais. Como foi bem colocado na reunião, de uma forma mais simples, saber onde vivem os muriquis, onde eles se alimentam e em que locais eles se encontram em na região de São Francisco Xavier. Um estudo prolongado a ser feito, com muitos pesquisadores envolvidos, com resultado importantíssimo para preservação dessa espécie, que está em extinção. Um evento muito gratificante, onde todos os presentes foram unânimes em dizer que foi um dos melhores eventos que eles participaram. Doutora Karen, com mais de 40 anos, trabalhando a questão dos macacos. Continuando com a Semana do Meio Ambiente, na data de hoje foi plantado um pomar, em parceria com o Projeto Ecomuseu, no campus de São José onde acompanhamos o enriquecimento de uma pequena agrofloresta, que se formou naquele bairro urbano e amanhã teremos na escola Casemiro Monteiro Filho, que é conhecido como Pequenópolis, a continuidade do projeto Escola Sustentável. Dia onze teremos a Oficina de Hortas na Escola Professora Maria Aparecida Candelária Ottoboni, que fica na região norte. Dia quatorze teremos um

laboratório de abelhas sem ferrão que será promovido na escola Maroca Veneziani. De quinze a dezessete teremos um evento sobre a questão do programa de revitalização das nascentes. Na região de São José dos Campos dia dezoito de junho uma exposição sobre hortas no Núcleo de Educação Infantil, na Vila São Geraldo, que vai ser uma experiência para a pré-escola. Dia vinte e três de junho, apresentação do pomar no Alto dos Ipês, uma área que sofreu com danos por queimadas e essa área está sendo recuperada e no dia vinte e quatro uma oficina de compostagem no Parque Estadual de São Francisco Xavier, na escola Mercedes Rachid Edwards, que é fruto de podas que foram feitas pela EDP, estamos fazendo essa compostagem no distrito. É uma semana atípica, mas muito intensa, com muita atividade em todas as regiões da cidade. Manara volta a conduzir à plenária, agradece Juarez e aproveita para informar que esse evento dos primatas, marca uma trajetória importante, que está em construção. Uma experiência muito exitosa, colocando São Francisco Xavier praticamente como um novo hotspot para o birdwatching nivelado com Ubatuba e Parati, pelo número de avistamentos e registros e depois, logo em seguida, o Seminário Internacional de Primatas do Muriqui, que contou com a participação entre autoridades aqui do município, o prefeito municipal, o deputado Eduardo Cury, o deputado Castelo Branco, presidente da Fundação Florestal, o ex-secretário do estado, José Pedro de Oliveira Costa, e nesse novo evento na segunda-feira do dia sete, tivemos a participação do ex-secretário e um dos criadores da estrutura do estado de meio



ambiente, Fábio Feldmann. Essa chegada dos grandes especialistas de renome internacional, como a Karen Strier. É uma referência no mundo do trabalho dela, de miquis, igualada, aquelas pesquisadoras famosas que têm filmes sobre o orangotango O importante é o registro de que se trata de uma grande autoridade mundial. Manara diz ter sido uma honra encontrar e participar de uma mesa com a doutora Karen e ver o brilho nos olhos que ela tem trazido para desenvolver esse trabalho que agora vamos dar início. O FUNCAM está liberando noventa mil reais, já aprovado desde seminário do ano passado, mais cinco mil dólares do Sr. Russell Mittermeier, que ele doou naquela oportunidade. E para registrar que as conquistas são tão grandes que devem ser registradas dentro desse conselho, como pesquisas de campo, sobrevoo de drones com câmera termal onde já identificaram novos clãs de miqui e a cada sobrevoa uma alegria. E também registrar que São Francisco irá ao longo desse período, recepcionar toda essa quantidade de pesquisadores desenvolvendo a pesquisa acadêmica, mas a proposta é o diferencial e o atrativo, e o desenvolvimento de ciência com a comunidade. Isso é um registro belíssimo, no momento em que o país passa por esse grave cenário da ciência e da pesquisa, de geração de conhecimento. São Francisco está aglutinando pesquisadores para o desenvolvimento de um trabalho de ponta como esse. Manara parabeniza Alberto, Marquinho e Aline e a toda equipe da DGA, a equipe da Educação Ambiental que estão envolvidos. Esse tema espetacular para a Semana de Meio Ambiente, com essa envergadura de um encontro internacional e todos fazendo

referência à importância do destaque de São José dos Campos, na medida em que o poder público municipal está empenhado, debruçado, articulando, realizando ações em nome da fauna silvestre. Cerca de 40 pesquisadores participando e enaltecendo essa posição de São José dos Campos e agradece ao apoio dado pelo prefeito Felício Ramuth, de trazer o tema fauna silvestre. Desde o ano passado, no seminário, que nós já falamos e estamos trilhando esse caminho de trazer para São José dos Campos o título de Capital dos Primatas da Mata Atlântica, lembrando que uma das poucas regiões, de todo o bioma da Mata Atlântica, que concentra os cinco primatas, grande maioria em graves níveis de ameaça de extinção. A seguir Manara passa a palavra novamente para que Juarez fale sobre o Arboriza São José, do IPT, com o tema Arborização Planejada e a prospecção de 30.000 locais para plantio em áreas públicas. Juarez vai apresentar o nosso Plano Municipal de Arborização Urbana e dentro dele uma expectativa de 55.000 árvores até 2029, distribuídas pela cidade. A questão sempre é onde plantar, que espécie plantar, deparamos com rede elétrica, com calçadas, com intervenções no perímetro urbano. Assim, fizemos contato com o IPT, Instituto de Pesquisa Tecnológica, que sempre foi parceiro da prefeitura de São José em outros projetos. Manara pede a palavra para complementar que outros setenta mil reais dos recursos que serão investidos nessa fase agora de pesquisa do muriqui em São Francisco vêm do Regenera São Francisco Xavier, que é uma ONG formada por moradores de São Francisco. Essa participação da comunidade abrilhanta esses esforços da pesquisa



básica dos primatas. Juarez continua com sua apresentação com relação ao IPT, onde saiu uma matéria onde estão prestando esse auxílio à prefeitura, nesse projeto de arborização urbana. Então a ideia é desenvolver um aplicativo, onde possam ser inseridas as informações sobre largura da calçada, para que se possa determinar qual espécie melhor para aquele local. Agradece a Dra. Juliana Velasco, o Bresolin, pesquisadores em arborização, já fizeram vários trabalhos para outros municípios. Assim estamos procurando ser bastante profissionais e técnicos na aplicação dos recursos financeiros e nas escolhas dos locais para receber esses plantios. Com a palavra Nane (Fabianne) que cumprimenta a todos e vai iniciar uma apresentação para sintetizar todo o trabalho que está sendo feito junto com o IPT, dessa prospecção que o Juarez acabou de tratar, que são 30.000 locais para plantios em áreas públicas. E o plano de arborização, apontou a necessidade de 56.565 novos plantios no período de 12 anos, que é de 2018 a 2029 e tem metas para serem seguidas a cada ano, e pretende-se iniciar pelos bairros que têm maior carência de cobertura arbórea no município. Como exemplo temos o Jardim Oriente, Jardim do Céu, Jardim Rosário, Jardim Oriental, assim como outras regiões da cidade também. Além dessas metas do plano, temos a reposição de árvores que foram suprimidas. Os primeiros plantios que atenderam ao plano de arborização, eles aconteceram de 2019 e 2020, foram pagamentos de compensações ambientais, que aconteceram em vias públicas e acabaram atendendo ao plano de arborização. Algumas metas segundo Nani foram




antecipadas porque eram bairros que estavam no plano para frente, conforme tabela que apresenta na plenária. Alguns plantios foram adiantados dos anos de 2022, 2024 e 2028 e se for colocado em número já foi atendido cerca de trinta três por cento das metas de 2018 a 2020. Para o plantio das onze mil árvores desenhamos um termo de referência, contratando uma empresa para fornecer e plantar essas mudas. A parceria com o IPT foi o que nos deu apoio, onde começamos as reuniões e definir as metodologias e os critérios para atender essas metas. O IPT tem um software que se chama Arbio, que tínhamos utilizado em outro momento e esse software tem uma parte de planejamento de plantios. Com essa ferramenta o técnico vai ao campo e consegue marcar a coordenada geográfica do local onde pretende plantar e preenche com os campos já predefinidos. O tamanho do passeio, a presença de imobiliário urbano, postes, boca de lobo, e esse distanciamento já foram definidos. Nesse software preenchemos esses dados e consegue-se chegar ao final qual o tamanho da árvore que você pode plantar naquele local, se é de pequeno, de médio ou de grande porte. Além de trabalhar no software, marcando os locais, criamos uma tabela com cerca de 60 espécies de árvores nativas regionais, para valorizar essa flora que temos na nossa região. Alguns exemplos é o aldrago, o alecrim de campinas, mulungu e os ipês. E como temos na cidade o bioma do Cerrado, buscamos algumas espécies como exemplo: o amendoim do campo, o tamanqueiro, o barbatimão, e mais de 60 espécies. Foi elaborado um termo de referência, já orçado e encaminhado para contratar uma




empresa para realizar a prospecção desses 30.000 locais, que vão ser em calçadas e em canteiros centrais. A empresa que for contratada usará o software do Arbio e terá seis meses para entregar um resultado. Os bairros vão ser definidos pela equipe junto com o IPT e as prioridades são os bairros com a maior carência de cobertura arbórea e com tipologias de calçadas que sejam mais fáceis de arborizar. Após concluir esse trabalho da prospecção, vamos retomar ao termo de referência para contratar uma empresa para fornecer e plantar essas 11.000 mudas e vão sobrar 19.000 locais. Novos locais vão receber os plantios e reposição arbórea ou o pagamento de compensação ambiental que sejam em locais públicos. Juarez complementa a apresentação da Nani (Fabianne) dando sequência ao cadastramento arbóreo, que está na região do Jardim das Indústrias e espera conseguir fechar o Bairro e outros locais. A questão é de duas a três semanas, já foi assinada a ordem de serviço para dar continuidade ao cadastramento e as empresas estão a pleno vapor. Os laudos já estão sendo validados pela nossa equipe. Manara parabeniza Juarez e a equipe do DGA, pelo Arboriza São José e que um avanço e mais inovações sendo oferecidas. Um reconhecimento internacional, uma equipe pequena, mas é uma equipe aguerrida que desempenha com todo esse esforço o resultado muito satisfatório, inclusive isso dito pela própria população. Com relação à Semana do Meio Ambiente que foi relatado pelo Juarez e esse novo trabalho com a arborização planejada, junto com o IPT, eu quero abrir para a manifestação dos conselheiros que queiram comentar, fazer



perguntas. Com a palavra Fabiana que cumprimenta a todos e aos organizadores da Semana do Meio Ambiente que é um trabalho muito importante, e também parabenizar o pessoal do plantio de árvore. Pergunta a equipe de quando que é feita essa reposição e quando é feita a remoção de árvore de calçadas? Juarez responde que normalmente é feito um planejamento e entra em uma escala. Nós procuramos avaliar criteriosamente árvore para depois autorizar ou não a supressão. Em alguns locais mudamos no final do ano passado essa dinâmica, o quê que nós estávamos procurando implementar. Antes de suprimir a árvore, na medida do possível, plantar outra, Como foi feito aqui na frente da prefeitura, Antes de substituir todas as árvores, nós plantamos outras árvores antes. Na região da Ademar de Barros, da Tívoli, tem árvores que estão condenadas, com o estado fitossanitário comprometidas, precisam ser substituídas. Já realizamos o plantio também. Nessa escala e na medida do possível estamos procurando primeiro plantar e depois ir repondo, dentro de uma cronologia. Estamos estudando que ao fazer a solicitação de supressão de vegetação, o munícipe possa assinar um documento, já ciente de que ao lado daquela que está sendo retirada vai ser plantada uma nova árvore. Estamos refazendo um planejamento estratégico da arborização de São José envolvendo todas as secretarias. A Secretaria de Serviço de Manutenção da Cidade é responsável pela supressão e poda das árvores. Uma parte da equipe da Urbam é responsável pelo plantio, a Semob quando tem rebaixamento de calçadas e a EDP faz a poda. Começando ainda essa semana, em uma segunda etapa, do



planejamento estratégico envolvendo a arborização como um todo. E aí sim, quando a gente finalizar esse planejamento estratégico com todos esses atores, com as ferramentas e técnicas, que nós estamos desenvolvendo agora, com os programas, com os aplicativos, assim vamos conseguir fazer um planejamento, que depois ocorra normalmente. Juarez esclarece que a árvore é retirada, após alguns dias é removida a raiz e outra equipe concreta a calçada e depois uma nova árvore será plantada. A segunda pergunta é sobre a tabela mostrada que no Jd América serão plantadas 751 árvores. É próximo da obra da Linha Verde? Fabiana pergunta se existe projeto de praças, onde estas árvores serão plantadas? Manara responde a Fabiana que são duas coisas distintas. Ao longo da Linha Verde inteira um cordão vegetal e logicamente que atenderão aos distanciamentos e terão um ganho de arborização. Então nós teremos um trecho de oito quilômetros de uma linha de arborização. A segunda, com relação às praças, estamos discutindo para efeito do projeto. Já delimitamos quatro praças e o projeto será implementado. Elas extrapolam, obviamente, os 26 metros de largura adquiridos pelo município, para implantação da Linha Verde. Então elas avançam para onde ainda tem Linhão. O projeto ainda não está pronto, em razão dessa fase de negociação com a EDP. Manara informa que assim que tiver a concepção das quatro praças prontas, traz para o Comam. Juarez complementa a pergunta de Fabiana e explica que a questão do concreto, e quando se retira uma árvore, normalmente elas têm raízes pivotante, então o excesso de raízes que tem naquele local

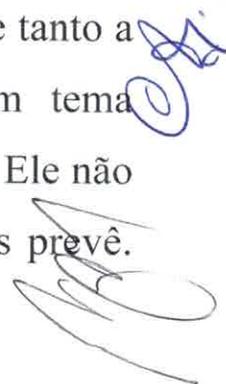


é impossível você plantar outra árvore em cima. Se plantar no mesmo local pode enovelar a raiz, ela não tem como crescer. Porque tem um toco. Pode acontecer de estar em baixo de uma rede elétrica, por exemplo, então tem esses percalços, onde agora estamos tentando junto com IPT soluções para esses casos. Manara fala com relação à proposta da Arborização Planejada, em parceria com o IPT que será encaminhada aos conselheiros um resumo do projeto completo, contendo o cronograma e orçamento, porque será submetida a Câmara Técnica. Esse projeto com financiamento e recursos do Funcam onde todos os conselheiros poderão conhecer com mais detalhes qual é o cronograma e o orçamento, enfim os resultados esperados com esse projeto. Na sequência Manara chama o Teles que vai apresentar o novo sistema de destinação de recursos do Funcam. Aproveitando para falar dos fundos, uma boa notícia para São José dos Campos, é que submetemos três projetos para o comitê de bacia hidrográfica para captar recursos para o projeto da Secretaria de Obras, que é o combate a enchentes no poliesportivo João do Pulo e esse investimento se soma a outros seis obras de infraestrutura de drenagem urbana, anunciados esta semana pelo prefeito Felício Ramuth. Além desse recurso do FEHIDRO, São José estará investindo em sete pontos de conflito com enchentes, inundações recorrentes, a agora, no período da seca. Essas obras irão minimizar os graves problemas de inundação no ambiente urbano. O segundo projeto é de grande interesse, foi discutido nesse colegiado, é a segunda etapa do plano de macrodrenagem. Manara lembra a todos que o projeto foi discutido



A large, handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

em plenária, o plano de macrodrenagem, teve assento das discussões no conselho de saneamento e ele foi apresentado como uma primeira etapa, que tinha o perfil obreiro, por assim dizer, de intervenções de macrodrenagem urbana e a Seurbs tomou a rédea para o desenvolvimento de uma segunda etapa. Baseada na infraestrutura verde, na drenagem urbana, na microdrenagem, nos investimentos para uma cidade resiliente, adaptada e em condições do enfretamento das mudanças climáticas. Foi apresentada essa proposta, para obtenção de recurso do FEHIDRO, para que nós possamos desenvolver esse projeto complementar. O terceiro também foi apresentado em plenária e discutido, o plano de gestão distrital proposto para São Francisco Xavier. Lembrando que esse plano de gestão é um miniplano diretor, que foi, justamente, a reivindicação da comunidade de São Francisco Xavier à época do Plano Diretor, em que, corretamente, se posicionou, dizendo que não reconheciam as diretrizes da área sede do município diante das especificidades do distrito. Reivindicou um plano de gestão próprio, um plano distrital próprio e assentamos isso como um artigo do plano diretor, dando até um ano após o zoneamento, mas também isso foi prejudicado pela pandemia, mas agora apresentamos isso para o FEHIDRO e passamos com boas pontuações na Câmara Técnica. Na Câmara Técnica de Saneamento, tivemos notas de 71 a 85 pontos. Lembrando que tanto a segunda etapa, como o plano de gestão distrital, foi um tema extremamente novo, inusitado para o próprio comitê de bacia. Ele não tem assento direto nos eixos temáticos que o plano de bacias prevê.

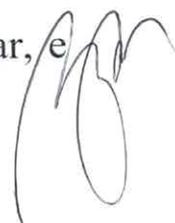


Manara agradece ao conselheiro do Comam, também presidente do Comitê de Bacia, Renato Veneziani e a todos os conselheiros que participam da Câmara Técnica. O Neto, Edilson, Duda, Maria Eduarda e a vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica, Todos deram um apoio muito grande para que nós tivéssemos essa boa pontuação e esperamos que na plenária do dia 18 o comitê endosse a destinação de recursos, para que a gente também possa trabalhar nessas frentes. Manara compartilha com todos os conselheiros do Comam, que São Francisco Xavier vai recepcionar, em uma expectativa do plano de gestão distrital, outros 30 pesquisadores multitemáticos e consultores. O proponente é a Fundepag, parceira da prefeitura, junto com a Fundação Toyota, que já desenvolve o Águas da Mantiqueira. Então teremos no mesmo período, o segundo semestre de 2021, primeiro semestre de 2022, mais de 40 profissionais especialistas trabalhando no distrito simultaneamente. O distrito vai aglutinar, talvez, o ponto focal, o ponto referência do desenvolvimento do diagnóstico de bacia, do diagnóstico de paisagem, de primatas e biodiversidade, de água, de todo bioma da Mata Atlântica. Além das obras iniciadas do reflorestamento de noventa hectares, em trinta e cinco propriedades do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Vamos retomar ao projeto dos cento e oitenta Tevaps. Um grande esforço, somados com o que o prefeito Felício anunciou recentemente, do ponto rural, da Sala do Empreendedor Rural, uma equipe de extensão rural, trabalhando ativamente em São Francisco com dedicação e empenho, e o poder público, ali

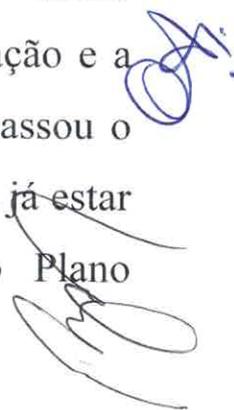


representado pelo Subprefeito Marquinho, grande apoiador. Manara passa para Teles falar um pouco do Funcam que é um novo sistema de destinação de recurso e na sequência vamos discutir a formação da câmara técnica permanente do Funcam. Teles cumprimenta a todos, se apresenta como parte do Departamento de Gestão de Projetos Especiais e que pesquisou uma forma de utilização dos recursos do Funcam, propiciando, inclusive, maior participação da sociedade civil. Menciona o Gestor de contratos Derick, que juntos fizeram um trabalho de pesquisa, de estudo e reuniões junto ao jurídico da prefeitura, para verificar possibilidades de como utilizar esse recurso, e a solução encontrada, depois de várias pesquisas, foi utilizar do expediente do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, apelidado de MROSC. A ideia é fazer um chamamento público, para que as organizações participem desse chamamento e no edital, propiciar a participação por meio de demanda espontânea e induzida. Explica que demanda espontânea seria a utilização de recursos com base na previsão legal da Lei do Comam e da Lei do Funcam. E demanda induzida seria de temas específicos, escolhidos pelo próprio Comam. Seguir uma sugestão, para que os interessados apresentem propostas para utilização dos recursos. Apresenta a minuta do edital e nesse primeiro documento as legislações são pertinentes ao caso. Temos a legislação municipal do Funcam, que Lei 4.618 de 94, o decreto municipal 15923 de 2014, que regulamenta o Fundo Municipal, a Lei Federal 13.039, 2014, que Apelidada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e a lei municipal

que regulamenta a lei federal. A demanda espontânea induzida, basicamente a diferença é: a espontânea seria uns projetos apresentados nas situações previstas no artigo quinto da Lei do Funcam, que está indicado no telão e a demanda induzida seria apresentação de propostas pré-especificadas em edital. Um exemplo que podemos citar foi o caso do pesquisador que apresentou um projeto voltado ao lobo-guará, No início do ano, em uma eventual demanda induzida com o tema flora e fauna, ele poderia apresentar o projeto dele e utilizar o recurso do Funcam. Em relação a valores pensamos num valor máximo de 100.000 reais por projetos apresentados e o financiamento de até cinco projetos aprovados, só que com o valor máximo global de 200.000 reais. Vamos supor que sejam dois projetos aprovados de 100.000 reais e somente esse dois serão contemplados com os valores do Funcam. Será criada uma comissão de seleção de habilitação, formada por três servidores da Seurbs e com utilização de critérios objetivos e predefinidos no edital. Essa comissão avaliaria se o interessado preenche ou não os requisitos previstos no edital. A classificação final dos participantes seria decidida numa plenária do Comam e escolha dos vencedores do chamamento público. A Organização da sociedade civil é um conceito já predefinido pela Lei 13.019 de 2014. Vamos fazer uma introdução do que seria o chamamento público, melhorar a minuta e avaliar alguns aspectos, deixar critérios mais bem definidos no edital. Manara agradece ao Telles pela apresentação e abre a plenária para participação dos conselheiros e explica que a ideia é democratizar, e



utilizar os recursos do Funcam. Vamos democratizar esse acesso, porque existem inúmeros projetos interessantes, com isso se torna um caminho de incentivo a esses jovens pesquisadores, que não encontram portas abertas para desenvolver seus projetos. Um exemplo é o Levi, com os projetos de abelha sem ferrão, e também a Associação dos Melicultores e que a minuta será encaminhada a todos os conselheiros. Nessa nova composição do Comam, já é um desafio à recomposição da Câmara Técnica Permanente do Funcam. Aproveitamos para abrir o período de 15 dias, para aqueles que quiserem participar da Câmara Técnica Permanente do Funcam, para submeterem os seus nomes para Marisa, Secretária executiva do Comam. Dentro desse período de 15 dias, lembrando, que são seis membros que compõem as Câmaras Técnicas, os três da prefeitura e três da sociedade civil. Lembrando que se tivermos mais de três candidatos, esses conversam entre si, para ver uma forma de participar. Com a palavra Fernanda da OAB que informa que gostaria de participar da Câmara Técnica do Funcam, e propõe abrir nesse mesmo prazo de 15 dias para as duas outras Câmaras Técnicas, que no seu entender, deveriam até serem permanentes iguais à do Funcam. Seria a dos Resíduos Sólidos e da Arborização. Propõe que ela se torne uma Câmara Técnica realmente permanente, porque é muito importante ter uma Câmara Técnica Permanente de Arborização e a de Resíduos Sólidos, ela é necessária, uma vez que já ultrapassou o prazo para revisão da documentação pertinente e ela precisava já estar funcionando, para a gente fazer essa revisão do nosso Plano



Municipal de Resíduos Sólidos. Coloca-se a disposição para as duas câmaras de resíduos sólidos e arborização. Manara agradece Fernanda e informa que a Câmara Técnica Permanente de Arborização, na verdade ela será reativada, porque ela sempre foi uma Câmara Técnica Permanente, e acho que a única nova é a de Resíduos Sólidos. Pergunta a plenária se com referência a proposta da Fernanda, alguém tem consideração, pois acha bastante pertinente a proposta da conselheira. Ninguém na plenária se manifesta, Manara pede que Marisa, já comunique ainda hoje a todos os conselheiros, que estão abertas as inscrições e Juarez vai indicar para compor pela prefeitura. Lembrando que todas essas Câmaras Técnicas, o número de participantes é seis. Três participantes do poder público, três participantes da sociedade civil. Então no prazo de 15 dias se apresentem aqueles conselheiros que queiram participar das três Câmaras Técnicas. Câmara Técnica Permanente do Funcam, Câmara Técnica de Arborização e Câmara Técnica de Resíduos Sólidos. Lembra que as manifestações sejam feitas por e-mail. A secretária executiva vai encaminhar um e-mail informando o prazo e a constituição das três câmaras técnicas. Então respondam no e-mail, Temos o prazo de 15 dias para que os conselheiros que não estão participando hoje da reunião, não sejam prejudicados por uma decisão tomada tão somente hoje e ainda ficar impedido de participar de alguma Câmara Técnica. Nesse período vamos verificar se a composição fechou ou se vai ser necessário fazer outro tipo de escolha entre aqueles que queiram. Andréia da SEURBS informa que

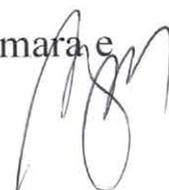


A handwritten signature in blue ink, appearing to be the name 'Andréia'.

coordenou a Câmara Técnica de Arborização e que fez a apresentação da minuta em reunião plenária e foi aprovada. Então o CT de Arborização fez a entrega da minuta da lei e que agora está sobre responsabilidade do poder público submeter à Câmara. E em relação à constituição de uma nova Câmara Técnica de Arborização acha muito importante, porque esse trabalho é um trabalho contínuo. Manara pede que o Eng^o Rodolfo faça o relato das Câmaras Técnicas do Código de Obras. Rodolfo cumprimenta a todos inicia informando que já é de conhecimento dos conselheiros, que foi feita a composição de uma Câmara Técnica conjunta, entre os representantes dos conselheiros do Comam e do CMDU, para avaliar e fazer os comentários, as críticas e sugestões em relação ao texto da minuta da revisão do Código de Edificações. Agradece a participação de todos os conselheiros, arquiteta Ana Cândida, arquiteto Rodrigo, arquiteto Gabriel, arquiteta Carolina, arquiteta Isabela e engenheira Lívia, que representaram a prefeitura. A doutora Fernanda, engenheira Maria Rita, engenheira Fabiana, engenheiro Rogério, arquiteto Valter e a professora Valdirene, representando a sociedade civil. Foram cinco reuniões, nos dias 22 de abril, seis de maio, 14 de maio, 20 de maio e 27 de maio, revisaram todos os artigos do texto proposto e no total somaram se mais de 90 intervenções apresentada pelos conselheiros durante os debates. Um resumo da compilação está sendo efetuada e está sendo finalizada a compilação de todas as sugestões que foram apresentadas. No momento está fechado 68%(sessenta e oito por cento) do que foi encaminhado nas reuniões das Câmaras Técnicas. É



um pleito acolhido totalmente daquilo que foi sugerido. Temos 12% de acolhimento parcial, 17% do que não foi acolhido e 3% que eram matérias não vinculadas ao Código de Edificações. Várias sugestões foram apresentadas pela sociedade, por meio das reuniões promovidas pela AEA, Associação dos Engenheiros e Arquitetos e 56% daquilo que foi sugerido foi acolhido e 5% foi parcialmente acolhido, 6% não houve acolhimento e 33% que eram matérias não pertinentes ao Código de Edificações. Lembrando que parte daquilo que foi encaminhado pela AEA, foi objeto também, já estava sendo objeto de discussão nas reuniões das Câmaras Técnicas. As reuniões promovidas AEA ocorreram ao longo do mês de abril e maio em paralelo as reuniões das Câmaras Técnicas. Apresenta um breve resumo do que foi apresentado e o que foi discutido. Em cada um das cinco reuniões, uma média conseguiu registrar em torno de 20 intervenções, entre sugestões de alterações e esclarecimento de dúvidas, por parte dos conselheiros. Alguns itens não eram do domínio de todos os participantes, então fizemos questão de alinhar e esclarecer também o que era o significado de cada um dos artigos, naquilo que gerou dúvida entre os conselheiros. Alguns conselheiros acabaram trazendo sugestões de pessoas que não faziam parte da Câmara Técnica e pudemos esclarecer essas dúvidas também. Nessa compilação que nós estamos fechando, trouxe alguns artigos que têm essa característica das intervenções acolhidas. Isso é da devolutiva da Associação. Rodolfo através de slides mostra que tem a indicação exata do que foi a sugestão promovida, durante a reunião da Câmara e

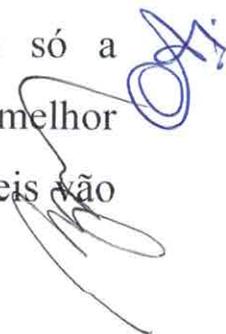


aquilo que já resultou em alteração positiva dentro do texto proposto para minuta do nosso Código. No artigo nove, em especial no que se refere ao "Atendimento às normas ambientais", deixa de forma clara que óbvio que temos que atender às normas ambientais, só que é interessante ter isso registrado de forma enfática, para que fique consolidado essas intervenções dentro do dia a dia de todos os profissionais. Lembrando que nem todas as edificações que vão ser construídas no município necessariamente vão ter intervenções. Existem profissionais na cidade que iniciam e encerram e não tem nenhuma relação com supressão de árvore, não tem nenhuma relação com a CETESB. Não obstante isso é importante a registrar esse atendimento, até para criar a cultura, educação, rotina, a prática, para que não só essa geração de profissionais, mas as novas que estão por vir tenham isso inserido já no seu dia a dia. No artigo nove a questão de ratificar a necessidade do atendimento das normas ambientais, as normas relativas ao sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil, às normas de desempenho, garantindo maior qualidade às edificações. A relação dos profissionais de engenharia e arquitetura na implantação das edificações em harmonia com o entorno urbano e natural, buscando a salubridade, habitabilidade, o conforto térmico, o conforto acústico, conforto luminoso, a ergonomia e a adoção de estratégias visando à sustentabilidade das edificações. Conforme definições em projeto e tecnologias estabelecidas nessa lei complementar, sem prejuízo, como já citado em uma reunião anterior do conselho no mês passado, que eventual aparecimento, eventual

surgimento de nova tecnologia, ela já prevê, no novo texto, a previsão para incorporação dessas novas tecnologias, não está limitado apenas àquilo que está sendo registrado no texto atual. No artigo 39 inciso sexto fala sobre “a adoção da eficiência energética e hídrica das edificações, a adaptabilidade às mudanças climáticas, aos eventos climáticos extremos”. No artigo 39 fala da "Execução de qualquer tipo de obra próxima à represa, lago, lagoa, rio, córrego e demais corpos naturais d'água, devendo atender as disposições referentes à área de preservação permanente, APP, estabelecida na legislação ambiental estadual e municipal". Rodolfo acha que é redundante falar de preservação da APP, mas no dia a dia, não raro, as situações em que edificações estão próximas aos corpos d'água entram projetos não atendendo a legislação. O artigo 40 tem a necessidade de manter como privilégio da manutenção dos indivíduos arbóreos existentes dentro do terreno e o manejo arbóreo decorrente da implantação do projeto, que trata essa lei, dependendo da licença do órgão municipal ou estadual. O decreto que vai reger os procedimentos para aplicação do Código de Obras definido na Câmara Técnica e nessas situações em que o projetista, engenheiro ou arquiteto que irá projetar. Lembra Rodolfo de uma plenária onde foi comentado da pontuação para a sustentabilidade da edificação com a manutenção do indivíduo arbóreo sem a sua supressão e conseqüente a execução da edificação sem a supressão, vai gerar uma pontuação a mais. No artigo 41, fala a respeito de "O despejo de água servidas e canalizadas, bem como a ligação a rede de esgoto feito por canalização ligada a rede coletora"



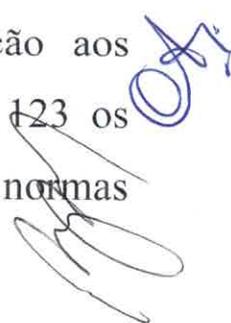
quando não houver as condições de atendimento, poderá ser admitido o tratamento do esgoto por meio de fossa ecológica ou conjunto de fossa, filtro e sumidouro, com as disposições dos efluentes finais de acordo com as exigências e posturas fixadas nas normas técnicas. A edificação situada em área não atendida por rede coletora de esgoto deve ser provida de instalação destinada ao armazenamento, tratamento e a destinação do esgoto, de acordo com as normas técnicas. No art. 42 a destinação das águas pluviais, irão atender às disposições da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e no artigo 55 as atividades que gerem efluentes sujeitos a licenciamentos ambientais deverão possuir as instalações aprovadas pelo órgão competente. Na questão dos parágrafos segundo e terceiro hoje não tem uma inovação que está entrando no texto do código. Sabemos que todas as localidades do município são servidas pela rede da Sabesp, tanto rede de abastecimento de água, quanto à rede de coleta e afastamento do esgoto sanitário e isso gera uma dúvida em relação às pessoas. Foi implantada nos últimos anos a figura do Tevap, com a instalação de várias unidades em São Francisco Xavier, mas o projetista ainda desconhece essas possibilidades e está sendo registrada no código essa variável. O art. 52: "Visando a otimização da utilização dos recursos naturais, o aprimoramento do desempenho ambiental, as novas edificações deverão adotar estratégia de arquitetura bioclimática e tecnologias que propiciem não só a economia de recursos, mas também a eficiência energética e o melhor conforto ambiental". As estratégias e as tecnologias sustentáveis não



incorporar itens relacionados ao desempenho térmico, luminoso, utilização da água, energia, materiais e resíduos e a exigência prevista no caput e a relação de soluções e tecnologias sustentáveis será regulamentada por decreto. A ideia é ter o procedimento para aprovação do projeto e a execução das edificações definidos em decreto, porque esses procedimentos têm uma dinâmica muito acelerada, uma possibilidade de atualização muito intensa e nos permite uma velocidade mais rápida de ajuste e adaptação do texto de lei. No art.53 "Previamente a expedição do Habite-se as edificações deverão estar executadas para no momento do recebimento da solicitação do Habite-se". Aquilo que for definido de sustentabilidade, de tecnologia sustentável, vai ser comprovado por ocasião da solicitação do Habite-se. No art.54. "Para fins de iluminação e ventilação natural, os compartimentos deverão dispor de abertura, comunicando diretamente com o exterior, atendendo o mínimo as seguintes proporções". Houve uma discussão intensa da proporção de área a ser utilizada para ventilação, porém a questão do zoneamento bioclimático brasileiro, uma questão da norma técnica e a consolidação do texto, estão caminhando para a implantação e a definição de um sétimo da área do piso e no caso de locais de trabalho ou salas de aula, um quinto da área do piso. No parágrafo primeiro do anexo terceiro, um exemplo da definição da ventilação cruzada. A edificação residencial deverá ter preferencialmente a ventilação cruzada, com aberturas em pelo menos duas fachadas, exceto para as unidades residências em conjuntos multifamiliares, quando justificado.



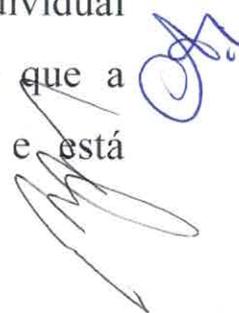
tecnicamente a impossibilidade do atendimento da ventilação cruzada. Para as edificações junto às divisas dos fundos e laterais, com a profundidade máxima de cinco metros. É uma representação gráfica do que é a ventilação cruzada, facilita um maior conforto térmico nas edificações que provavelmente poderão ser substituídas por renovação de área, através do efeito chaminé. Aqui a representação esquemática do que seria esse efeito chaminé. O art.69 trata das lixeiras, que deverão ser cobertas e suficientemente dimensionadas para a guardar diversos tipos de lixo, tais como orgânico e o reciclável, localizadas no interior do lote e com acesso direto ao logradouro e as atividades que gerem resíduos perigosos classe um, conforme a NBR 10.004, ou outra que venha a substituí-la, que deverão atender as normas e legislações específicas vigentes para o manuseio, acondicionamento, armazenamento e a destinação final destes resíduos. Deverá ser previsto para os casos pertinentes com um local adequado para os resíduos de logística reversa. No caso de fechamento envidraçado de sacadas e varandas no artigo 106 fica permitido o fechamento envidraçado transparente retrátil de sacadas e varandas. No parágrafo segundo é considerando a orientação da sacada em relação ao sol, seu sombreamento e ventilação deverão ser adotados soluções que propiciam o conforto térmico, o desempenho energético das edificações, tais como películas, ou vidros de controle solar, persianas, ou outras formas de sombreamento. Em relação aos materiais de construção e processos construtivos no artigo 123 os materiais empregados nas construções deverão atender as normas



específicas da ABNT e no parágrafo primeiro os elementos estruturais, vedações verticais, paredes, divisórias, pisos deverão garantir o desempenho mecânico, acústico, térmico e de iluminação destas edificações. Deverá ser privilegiado o uso de materiais e sistemas que proporcionem um melhor desempenho térmico, lançando mão de estratégias com redução de ganhos térmicos por insolação no verão e emprego de massa térmica. E no artigo 134, parágrafo segundo a oferta de opções de revestimento, louças, metais e demais acabamentos em empreendimentos objetos de incorporação imobiliária, para personalização da unidade autônoma e será considerado como uma tecnologia sustentável, nos termos do artigo 52 dessa lei complementar. Esse artigo cabe um comentário, porque é uma demanda dos empreendedores, onde como exemplo: faço a implantação do empreendimento, principalmente os multifamiliares e o comprador retira todo o azulejo, o piso, a bacia sanitária, o tanque, a pia do banheiro, a pia da cozinha e isso vira entulho. São raros os casos que conseguem fazer uma reutilização desse material. Com muita frequência acabam virando entulho. Porém tem a questão legal de promover a condição de habitabilidade na conclusão desse empreendimento. E só recebe o Habite-se aquele que está em condições de ser habitável. Em função do limitador legal para comprovação da condição de Habite-se para o imóvel, chegou se na construção desse artigo, em que ao promover, a construtora ofertando soluções de opções de revestimento, definindo isso, automaticamente isso vai gerar uma pontuação maior para aquele tipo de projeto, para



aquele tipo de empreendimento. No art.135 para todas as edificações, independentemente da finalidade a que se destina, na ocasião do Habite-se poderá ser solicitado à carta das concessionárias de ligação de rede de água, esgoto e energia, ou outros documentos emitidos pelas concessionárias, que comprovem a ligação. Essa é uma demanda que existe hoje, já aplicada e estamos consolidando isso no texto do código. Usualmente temos uma carta emitida pela concessionária de água, a Sabesp, ou pela concessionária de energia, a EDP. Vez ou outra a gente acaba tendo problemas administrativos, burocráticos na emissão dessa carta, então na discussão na Câmara Técnica, definimos por instituir no texto de lei que não só a carta ou outro documento emitido pela concessionária, que comprove essa ligação, poderá suprir essa necessidade. Muitas vezes o departamento da concessionária que emite a carta ainda não emitiu, em função das questões burocráticas, porém o departamento de cobrança, que naturalmente comprova o consumo, já emite a conta. Então estamos consolidando um texto de lei que se vier a carta ótimo, se não vier a carta de conclusão, porém o órgão responsável, o departamento responsável pela concessionária que emita o boleto, a conta de água, a conta de energia, essa conta de água, essa conta de energia poderá suprir essa comprovação de ligação. No parágrafo primeiro, todo projeto de edificação em zona rural ou em local desprovido de rede de esgoto deverá informar através de nota do projeto o sistema individual de tratamento a ser adotado, tratamento de esgoto, sendo que a liberação do Habite-se ficará vinculada a sua execução, e está



vinculado ao que foi dito anteriormente. Principalmente as propriedades rurais, que não tem ligação com a rede da Sabesp, fazer a comprovação do sistema fossa, filtro, sumidouro ou Tevap, para aprovação do projeto e depois, concluída a sua execução, a obtenção do Habite-se ou outra tecnologia que venha a suprir essa demanda. Rodolfo faz um resumo das questões sustentáveis, principalmente dos artigos vinculados e aos itens de sustentabilidade incorporados já ao código e que nos cinco dias de reuniões foram mais de 97 intervenções. E assim uma média muito boa de mais de 70% de atendimento total daquilo que foi sugerido pelos conselheiros e pelos munícipes, por meio da AEA. Além dos atendimentos foi criado um caderno de devolutivas, para encaminhamento aos conselheiros e aos representantes da Câmara Técnica e a expectativa é que ao longo do mês de junho, teremos uma reunião marcada para segunda quinzena do CMDU, no dia 17 e que após a apresentação ao CMDU, teremos o lançamento da publicação da proposta da minuta efetivamente a ser protocolada na Câmara, para votação pelos vereadores. Manara agradece Rodolfo pela coordenação desse assunto, não só nas Câmaras Técnicas dos dois colegiados, mas também internamente. Parabenizar toda a equipe da Secretaria que não foi só o Departamento de Aprovação dos Projetos, agora quatro departamentos envolvidos diretamente, em mais essa construção de uma importante política pública, para dar ainda mais plenitude ao funcionamento de uma cidade moderna, uma cidade arrojada e por uma São José ávida por novas tecnologias de sustentabilidade.



Continua informando que como já é identidade dessa gestão, desde 2017, todas as contribuições terão as suas devolutivas e publicidade. No caderno de devolutivas, para que aqueles que se empenharam e participaram com a sua contribuição, aquilo que foi acolhido e o que foi parcialmente ou não acolhido, mas em respeito à participação de todos. Manara parabeniza e agradece aos conselheiros do Comam, que engrandeceram, contribuíram e trouxeram inovações para melhoria do texto para que nós tenhamos um Código de Obras na mesma linha do Plano Diretor e do Zoneamento. O desenvolvimento sustentável na cidade. Parabeniza Rodolfo por mais esse desafio completo. Manara lembra que desde outubro do ano passado São José está em uma crescente atratividade. O Departamento de Aprovação de Projetos até poucos meses estava em uma média de 30 projetos por dia e do departamento de Planejamento Urbano-Rural na divisão de parcelamento do solo, uma média histórica de 15 projetos por ano analisada, enfim 63 projetos. O plano diretor é um grande norteador, desse novo momento da cidade de São José e o zoneamento complementando com aquilo que é mais essencial, que é prover segurança jurídica a esses investidores que vêm à cidade. Somos a quarta cidade mais atrativa da América Latina para investimentos. Conclui que o Código de Obras é mais uma grande conquista que a sociedade joseense tem e tenho muito orgulhoso da Seurbs em desenvolver esse trabalho e oferecer isso para a cidade, para que nós tenhamos ainda mais inovações em sustentabilidade sendo trazidas. Empresas prestadores de serviços que estão vindos, seja de telhado

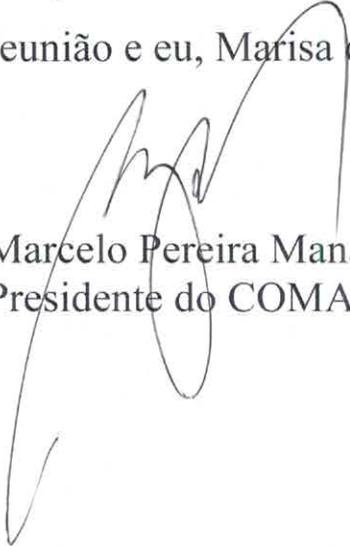
verde, de painéis fotovoltaicos, de drenagem urbana, de novos modelos de drenagem, de equipamentos da construção sustentável estão vindo para a cidade, oferecendo os seus serviços que estamos anunciando desde 2018, no Plano Diretor. Com a palavra Fabiana, que agradece novamente ao Rodolfo e a equipe, por essa oportunidade de participar da Câmara Técnica e pergunta a Rodolfo como fica a questão do fechamento de sacadas e a adoção de películas, pois há convenções nos condomínios. Rodolfo responde que as películas estão sendo induzidas, porém, se tiver uma solução técnica, o vidro transparente, mas que garanta a mesma eficiência que uma película garantiria. Com a palavra Marcos que faz um comentário em relação ao código. Parabeniza a todo envolvido pela nova minuta que está saindo e quer deixar registrado que está fazendo a revisão do artigo 67 que fala sobre o dimensionamento das lixeiras para se colocar os contêineres de plástico utilizados para coleta dos resíduos tanto o orgânico quanto o reciclável. O artigo 67 será enviado para revisão com todas as nossas considerações para poder contribuir com a nova minuta. Manara agradece a Marcos pela contribuição nas discussões do Código de Obras. Antes de finalizar a reunião Manara traz algumas propostas de pauta da próxima reunião e aproveita a presença do engenheiro Vinícius Correia, porque também uma identidade muito legal, um projeto belíssimo, um grande sucesso, que é o Ponto Rural e pede que ele apresente a evolução da prestação de serviço para área rural, uma identidade muito forte o rural com o ambiental. São indissociáveis, e essa trajetória do Ponto Rural, que hoje já é quase

que uma franchising para outros municípios como Monteiro Lobato. O Vinícius Correia liderando esse trabalho, muito bom, é outro esforço, como eu citei aqui, de uma retomada histórica de atenção do poder público com o segmento rural, que é posto avançado da Sala do Empreendedor. Manara propõe as etapas do plano de macrodrenagem HEHIDRO, seja apresentado ao COMAM. Propõe que na próxima reunião do Comam, apresentaremos essa segunda etapa, drenagem urbana, poluição difusa. Falaremos de infraestrutura verde, de drenagem urbana, microdrenagem, cidade resiliente, adaptação de mudança climática. São esses os conceitos que apresentamos para o FEHIDRO, como uma etapa complementar ao plano de macrodrenagem, já discutido no Conselho de Saneamento. Também traremos aqui o segundo projeto, e espero que já com a notícia da aprovação em plenária do Comitê de Bacia, do Plano de Gestão Distrital de São Francisco Xavier. Apresentaremos então os dois projetos. O Vinícius Correia com o Ponto Rural e o Ronaldo com o posto avançado da Sala do Empreendedor Rural e também, a posse dos conselheiros nas três CTs permanentes. Então essa é a proposta da pauta para próxima reunião. Com a palavra o conselheiro Ricardo que informa que muito bem colocado para não gerar nenhum conflito de interesses, nem nenhum mal-entendido, com relação ao projeto apresentado junto ao Funcam, esteve em reunião juntamente com um professor lá da Unesp, onde apresentou um esboço de uma proposta para revolucionar os resíduos sólidos aqui em São José dos Campos, e pergunta se pelo fato de ser conselheiro poderia apresentar um projeto

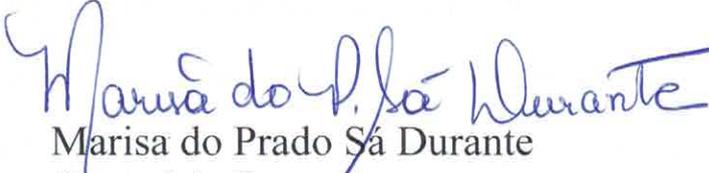
ou se teria que se afastar do conselho? E qual o formato, o modelo do projeto, para poder se inscrever e pleitear recursos, junto ao Funcam. Manara responde que é oportuna essa colocação e responde que ainda não temos o formato definido e que esse chamamento, vai ser uma chamada pública e que nesse segundo momento vamos discutir o formato de apresentação do projeto. Com relação à participação de conselheiro, em conversa com Teles diretor jurídico, não vemos, impedimento por ser conselheiro, de participar de alguma organização que proponha projetos. Lembrando que toda apresentação de proposta, tem que ser feita através das condições de participação. Então por ser conselheiro não está impedido de participar de projeto, mas obviamente estará impedido de se manifestar em votação. Na hierarquização desses projetos e obviamente também há impedimento de participação na Câmara Técnica Permanente do Funcam e nos momentos de prestação de contas, sejam técnicas e financeiras, também o conselheiro se a

bstém de manifestar voto. Lembrando que os conselheiros vão receber um exemplar do livro que foi lançado dos 15 anos do Projeto Nascentes, publicados em parceria com a Unesp. Manara parabeniza a todos, são dezesseis horas e um minutos e a reunião do Comam, dentro do horário, dentro da regra do jogo, participação aberta a todos. Agradece imensamente àqueles que se empenharam nas Câmaras Técnicas do Código de Obras e também reforça a chamada para que participem das ações, mesmo que remotamente, da Semana do Meio Ambiente, que se estende até o dia 24. É importantíssimo que

tenhamos a participação, mesmo que remota, mas citando que é o conselheiro do Comam, que está prestigiando até mesmo para poder trazer contribuições, críticas e sugestões para que a gente aprimore sempre. Nada mais a tratar, Manara agradece a todos e encerra a reunião e eu, Marisa do Prado Sá Durante, lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara
Presidente do COMAM



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva